



Um escândalo no Senado: enquadramentos de atos sigilosos e negociações no cenário político¹

*Neuma Augusta Dantas e Silva*²

Resumo: O artigo analisa o processo de enquadramento jornalístico na cobertura da convulsão política concernente ao episódio do Senado da República que desnudou os chamados atos secretos de criação de cargos e seus desdobramentos, em cuja crise, o presidente e o ex-diretor-geral da Casa, José Sarney e Agaciel Maia, estavam envolvidos. Para detectar os tipos de enquadres e tratamentos apresentados, são examinados os aspectos selecionados das narrativas de jornalismo político das revistas semanais Carta Capital e Veja, através da Análise de Conteúdo. Investiga-se o enquadramento ético e moral. Quer saber sobre o tratamento dado pela mídia aos fatos. Pesquisa a apresentação do episódio, se é apenas exibido ou fornece mais subsídios ao público para entender a crise. O trabalho também contextualiza o acontecimento e observa as alianças, a vigilância de forças controladoras da arena, notadamente o jornalismo político, na busca da transparência dos atos e negociações.

Palavras-Chave: Enquadramento; escândalo político midiático; Senado; Ética.

1. Origem e objetivos do enquadramento

Entre os estudos dos efeitos de mídia (*mídia effects*) com aceitação ampla no âmbito das pesquisas em Comunicação, nada mais propício para analisar a política, especialmente as crises ou escândalos políticos, do que a Teoria do Enquadramento (*framing*). Quando Donald Kinder (2007) concorda com Popkin (1993) que o enquadramento resulta de diversas maneiras de pensar sobre um assunto, conclui que a política é um assunto favorável para

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho GT 8: Jornalismo político do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

² Graduada em Letras Vernáculas e Comunicação Social-Jornalismo. Mestranda em Comunicação e Política – Universidade Federal da Bahia – neumaugusta@gmail.com.

atuação do *framing*. O autor deduz que quando as elites fornecem quadros úteis, eles atraem e mantém a atenção da audiência, propiciando meios para melhor opinar.

Os estudos de enquadramento têm origem em correntes da psicologia cognitiva e na sociologia de Erving Goffman. Definidos, nesse aspecto, como quadros gerais que são “acionados pelas pessoas para definir situações e dar sentido a acontecimentos” assim, organizar a experiência pessoal e social (GOFFMAN apud MAIA, 2009:306).

O fato da mídia estabelecer uma agenda interpessoal e ainda nos indicar a maneira de pensar os temas de sua própria agenda tem sido explicado pelos estudiosos através da Teoria do Enquadramento (*framing*).

McCombs (1997) declarou que uma importante parte da agenda de notícias e um conjunto de objetos são as perspectivas e quadros que jornalistas e público empregam para pensar e falar sobre objetos. A discussão de um segundo nível de agendamento, na expectativa do autor, está ligada a teoria de um outro proeminente conceito contemporâneo: o enquadramento.

Pesquisador influente sobre o tema, Robert Entman (1993:2) propõe quatro funções para o *frame*, que são caminhos para identificar os quadros numa reportagem: definem problemas (políticos ou econômicos, p/ex.) diagnosticam as causas (atores que criam os problemas), fazem julgamentos morais (positivo ou negativo e seus efeitos) e sugerem soluções; além disso, ainda podem atuar politicamente.

Os quadros têm pelo menos quatro locais no processo de comunicação, segundo o autor: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. Os comunicadores fazem o julgamento de quadros consciente ou inconsciente das palavras escolhidas, guiadas por imagens que organizam os seus sistemas de crença. Essa seleção vai se concretizar no texto pela presença ou ausência de palavras-chave, frases feitas, imagens estereotipadas, metáforas, símbolos, conceitos, fontes de informação, etc.

A famosa definição do pesquisador sobre enquadramento diz que a seleção e saliência são partes do processo. Enquadrar seria escolher aspectos “de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes num texto comunicativo... (ENTMAM, 1993:52).³

Há uma variação dos quadros, enquanto Entman os observa na visão dos meios de comunicação (*media frame*), Goffmann os analisa do ponto de vista da audiência (*thought frame* ou *individual frame*).

O primeiro refere-se aos recursos simbólicos verbais e visuais: palavras, imagens e estilos de apresentação que um falante usa quando trata a informação sobre um tema/evento para uma audiência, ou seja, o que os jornalistas ou outros agentes midiáticos usam para organizar a informação em seus textos (CHONG e DRUCKMAN, 2007:100). Segundo, um enquadramento no pensamento refere-se ao entendimento cognitivo individual de uma dada situação. Ao contrário de enquadres na comunicação que refletem uma ênfase do falante, aqueles no pensamento referem-se ao que um membro da audiência acredita ser o aspecto mais relevante de um tema (*Ibid*, 2007).

Os acontecimentos noticiosos, enquadrados logicamente pelos profissionais da mídia, para White (1999:143), são “o primeiro *gate* no processo de comunicação”. O autor acrescenta que se o emissor faz as escolhas de acordo com sua visão de mundo, os receptores também são motivo de preocupação dos estudos de *framing*, assim os quadros oferecidos influenciam a percepção da audiência.

2. Influência na audiência

As pesquisas sugerem que os cidadãos filtram as mensagens recebidas através de seus próprios valores políticos; como resultado, tais crenças prévias podem indicar como eles respondem às mensagens ou os quadros noticiosos. O impacto do *frame* depende da ressonância nas crenças da audiência (Zaller 1992, Iyengar, 1991, Gamson, 1992 apud Gross e Brewer, 2007).

³ To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.

Nesse âmbito há evidências da relação entre os quadros e valência moral de questões públicas. O estudo de Edy & Meirick (2007:136) sugere que as pessoas provavelmente se utilizam de seus valores morais na avaliação dos textos selecionados.

Considerando que as notícias não promovem apenas os fatos na cobertura de debates políticos, conforme Gross e Brewer (2007), os jornalistas podem usar a estrutura/*frame* de substância ou de conflito. O primeiro enfoca as implicações das propostas políticas com os valores e interesses partilhados. O outro focaliza as estratégias e táticas dos lados concorrentes em um debate político (por ex. manobras parlamentares, negociações), bem como as implicações da política de resultados para obter vantagens políticas.

Os estudiosos compreendem que os jornalistas algumas vezes enquadram a política como política de substância (expõem detalhes das propostas políticas, seus prós e contras etc.). Entretanto, a prática mais comum no jornalismo político contemporâneo é o que gira em torno de conflitos. A literatura tem atestado o impacto político das emoções do público, como a raiva e a repugnância que podem avaliar o desempenho de políticos e do governo.

3. O escândalo político

Através do choque político das emoções pode-se entender o que sentem os cidadãos, e a partir daí como avaliam um cenário em crise quando a mídia enquadra negativamente um escândalo político. O aparecimento desse tipo de escândalo advém de grandes transformações sociais e técnicas que criaram outros tipos de visibilidade.

O escândalo midiático é caracterizado principalmente pela apresentação e comentários da mídia, contém sempre, conforme Thompson (2002), a transgressão de códigos morais, publicidade, revelações, e estrutura seqüencial. Comumente é conceituado como “lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (THOMPSON, 2002:296).

Sobre a estrutura seqüencial, há um contar e recontar de histórias, novos acontecimentos, declarações e personagens que surgem em desdobramento da notícia original. O sociólogo americano⁴ afirma que o tempo de um escândalo midiático é modelado

⁴ Thompson é radicado na Inglaterra.

pelos ritmos das organizações da mídia e por instituições jurídicas e políticas (THOMPSON, 2002:102). Para descrever tal estrutura, Thompson distingue quatro fases do processo: o pré-escândalo, o escândalo propriamente dito, o clímax e as conseqüências.

O maior benefício de tomar a estrutura seqüencial como parte da análise de enquadramento, na compreensão de Silva (2008), é guiar o analista para que não se perca no aparente desarranjo de fatos relacionados. Ademais, o pesquisador também pode avaliar o comportamento dos veículos de comunicação pela série de acontecimentos (SILVA, 2008:23).

No geral, três fatores constituem os elementos diretamente ligados ao escândalo político: a visibilidade, a política da confiança e a busca da legitimação do poder simbólico através da administração da cota de reputação.

4. Negociações e política da imagem pública

Quando discorre sobre o funcionamento das barganhas no setor político, Gomes (2004) segue Thompson (2002) e relembra o risco dessas práticas, principalmente o escândalo político, para aqueles que governam. A vigilância parlamentar das oposições, o Ministério Público e o jornalismo político, forças controladoras do campo político, acompanham os atores na busca da transparência dos atos e negociações. A propósito, Gomes esclarece que a negociação política se dá através de alianças sistemáticas e negociações miúdas. “São formas de apoio à elegibilidade e de garantia da governabilidade (2004:98).

O autor acrescenta que quando um escândalo é detectado a oposição tenta enfraquecer o governo diante da opinião pública por jornais e CPIs (*Ibid*:106). Daí o zelo na construção e controle da imagem pública de indivíduos/instituições, responsável pela grande disputa política (GOMES, 2004:239). Por isso a luta por visibilidade, pela manutenção da áurea ética e um conveniente discurso probo que há de transformar-se na moeda corrente mais valiosa: o voto. Existe toda uma estratégia para não cair em desgraça, para evitar um escândalo alastrador que a mídia, em potencial, pode incrementar.

5. O contexto político da crise

Em fevereiro de 2009, o senador José Sarney (PMDB/AP) ganhou a disputa pela presidência da Casa do senador Tião Viana (PT/AC). Tal disputa envolveu interesses partidários além do comando do Congresso Nacional.⁵ Entre as promessas, iria acabar com certos itens, (“vergonha que achincalha o Parlamento”). No entanto, o jornal o *Estado de São Paulo* denunciou, em 10/03/2009, a nomeação de seu neto, João Fernando M. G. Sarney, 22 anos, para o cargo de secretário parlamentar do senador Eptácio Cafeteira (PTB), com o salário de R\$ 7.600 através de “atos sigilosos”.⁶

Vários desdobramentos seguiram-se, a exemplo do “escândalo das diretorias”. Segundo a reportagem da *Folha de São Paulo*, em 19/03, nos últimos oito anos, o número de cargos de direção no Senado saltou de 32 para 181. José Sarney encabeça os *atos secretos* que criaram pelo menos 70% dos 181 cargos de direção da Casa.⁷

O caso centra-se no político mais longo da Casa, Sarney, apontado como “o mentor e beneficiário da máquina clandestina que operava a burocracia do Senado” (*Veja*, 24/06/09:59).

6. Panorama das revistas analisadas

As revistas *Carta Capital* e *Veja* foram escolhidas em razão dos veículos professarem linhas editoriais contrárias, a primeira, governo, pró-Lula (PT); a segunda, oposição no período. A *Carta Capital* foi lançada em agosto de 1994 por Mino Carta, atualmente Diretor

⁵ Com o mandato de dois anos, o presidente seleciona a pauta de votações em ano eleitoral, o partido ganha força para negociar com o governo e oposição na fase pré-eleitoral; administra um orçamento estimado em R\$ 2,7 bilhões ao ano e pleiteia cargos na Mesa Diretora. Ainda autoriza, ou não, a instalação de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito).

⁶ Como funcionavam os atos secretos: as contratações que não podiam aparecer no *Diário do Senado* e na rede interna de computadores eram colocadas em boletins administrativos suplementares, publicados até um ano depois, com data retroativa, normalmente em dezembro, mês de recesso, quando não havia ninguém para tomar conhecimento. Fonte *Carta Capital*, 24/06/09.

⁷ A proliferação das diretorias e seus anexos com salários elevados se deu, sobretudo, entre 2003 e 2005, quando o senador Sarney (PMDB-AV) comandou a instituição pela segunda vez. “Até mesmo funcionários do Senado não concursados tinham cargo de diretor. É o caso de Tania Fusco, assessora de imprensa da senadora Roseana Sarney. (PMDB-MA)”.

de Redação; publicada pela editora Confiança Ltda. – SP. A *Veja* criada também por Mino Carta em setembro de 1968, é presidida por Roberto Civita e publicada pela Editora Abril⁸. Dito isto, escolheu-se seis matérias do miolo da crise, período de intensas contendas entre os partidos PSDB/PMDB e PT, o que provocou o interesse da opinião pública e a mobilização dos veículos pelas publicações. O limite de tempo cobre datas dos meses de junho, julho e agosto/2009.

7. Método

A análise de Conteúdo conduzirá o trabalho de observação dos enquadres nos veículos escolhidos. A técnica voltada para a investigação jornalística é definida por Heloísa G. Herscovitz (2005) como um

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos a partir de seu enquadramento em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (HERSCOVITZ, 2005: 4).

Para a professora, os pesquisadores que utilizam o método trabalham como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes/implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas. O objetivo é expor “tendências, conflitos, interesses, ambigüidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (HERSCOVITZ, 2005:5).

8. Análise dos enquadramentos das narrativas nas revistas *Carta Capital* e *Veja*

⁸ A revista divulga uma tiragem de mais 1.200.000 exemplares. Conforme Silva (2008) no Brasil, em termos de mercado, ela concorre com as revistas *Época* e *Istoé*, e com a revista *Carta Capital* em termos de alcance político e influência da opinião pública.

Foram escolhidas três matérias de cada revista semanal, na mesma data, justamente para melhor medir os enquadramentos de uma crise específica no mesmo período. Para *Carta Capital* as edições são n°s 551 (24/06/09), 552 (01/07/09) e 560 (26/08/09); Para *Veja* são n°s 2118 (24/06/09), 2119 (01/07/09) e 2127 (26/07/09). Seis reportagens mais oito boxes, 14 textos ao todo.

Além das razões dominante e secundária e dos enquadres positivo ou negativos em relação aos agentes, busca-se a responsabilização direta e indireta do senador José Sarney, do presidente Luis Inácio Lula da Silva, do governo e dos partidos políticos envolvidos. Relacionar-se-á algumas expressões publicadas nas matérias para exemplificar os enquadramentos. Serão observados os títulos, semitítulos, textos de capa e destaques relacionados ao escândalo do Senado para alcançar um panorama geral do material publicado. O critério de seleção foi privilegiar as reportagens principais, com maior envolvimento com o escândalo midiático, por isso as datas das edições não são aleatórias.

A primeira reportagem da revista *Veja* (24/06/09), como todas a seguir, na sessão *Brasil*, consta de duas matérias intituladas *À sombra da Constituição*, escrita pelos jornalistas Otávio Cabral e Diego Escosteguy, composta de oito páginas, e a segunda, três páginas, *Com o rei na barriga*. A reportagem principal rendeu a capa com o título *Basta de impunidade – Nós as pessoas comuns, lembramos aos senhores feudais de Brasília que: Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza – Artigo 5º da Constituição*.

Como o próprio título indica o eixo temático, por assim dizer, é político-legislativo, o enquadramento dominante é o descumprimento do artigo 5º da Carta Maior⁹, que versa sobre a igualdade dos brasileiros perante a lei.

É tal o resumo da ópera brasiliense – eles, os poderosos, os ‘incomuns’, se lixam cada vez mais para a opinião pública, para os bons modos, para a Constituição. Minam, assim, a crença na democracia e os alicerces de uma nação que almeja a civilização (*Veja*, 24/06/2009:59).

⁹ Constituição Brasileira de 1988, atualizada em 1994.

Em destaque a defesa da Democracia e a busca do progresso. A responsabilidade é atribuída primeiramente aos políticos de forma geral e a Brasília, desfavorecendo a classe e a cultura cívica. A ética política será um constante enquadramento:

Desde que se viu na contingência política de ter de defender os crimes dos seus partidários [...] Lula teve que entregar a bandeira da ética – que desempenhou com desenvoltura antes de chegar ao Palácio do Planalto (Veja, 24/06/09:59).

Um outro reforço para temperar a crise aparece num *box* onde a *Veja* mostra parte de entrevistas realizadas em 10 estados, com 100 “pessoas comuns” de variadas profissões, classes sociais e idades. Eles responderam a duas questões: por que no Brasil as denúncias não dão em nada e se concordam com Lula em que políticos como Sarney devem ter um tratamento diferente das outras pessoas. O enquadre secundário foi a indignação.

No Brasil, os cidadãos não têm os mesmos direitos. Quem tem posição [...] ganha privilégios e benefícios. [...] Os políticos deveriam ter tratamento diferenciado só se fosse para pior[...] As denúncias não dão em nada porque, em geral, os políticos são safados e corruptos (Veja, 24/06/09:60-68).

A maioria desses enquadramentos pode ser classificada como de *conflito*. Comprova-se a escolha ao perceber o choque político das emoções de revolta e repugnância dos entrevistados sobre a pouca lisura no cenário da política brasileira. Destaque para outros subquadros, seleções secundárias:

Cultura política – O Brasil não tem maturidade política, tudo vira pizza; [...] Escândalos não dão em nada por um problema cultural de falta de referências e de valores.

Responsabilidade do eleitor – O cidadão brasileiro deve lembrar-se do poder que tem seu voto para corrigir os erros e desvios;

Responsabilização à Justiça – A Justiça faz distinção entre ricos e pobres. É uma mazela histórica; [...] Aqui não existe justiça séria (Veja, 24/06/09).

Na segunda matéria *Com o rei na barriga*, a jornalista Taís Oyama divide a responsabilidade (direta) entre o presidente, a cultura social e a história brasileira (indiretamente):

Lula reverbera a mentalidade colonial que ainda resiste nas regiões mais atrasadas do país (p.66); [...] O sistema de capitanias hereditárias já previa a diferenciação entre os cidadãos ‘comuns’, que não tinham riquezas e os cidadãos ‘incomuns’, aqueles que haviam recebido terras do rei, os ‘homens bons’ (Veja, 24/06/09:68).

Com data de **01 de julho de 2009**, a revista *Veja* traz uma matéria de seis páginas: *Hora de fazer a faxina*, também escrita por Otávio Cabral. O enquadramento principal é o político-econômico, detalha os gastos irregulares do erário público com a divulgação dos salários de servidores do Senado superiores ao do presidente da República. O título da matéria advém do pronunciamento de Sarney quando disse que julgou ser eleito para “presidir politicamente a Casa e não para ficar submetido a procurar a despensa ou limpar o lixo das cozinhas...” (*Veja*, 01/07/09:82).

Apesar da crise que abalou o mundo, lá não existem vestígios de desemprego. Mesmo com mais de 8000 funcionários, há sempre uma vaga disponível para um parente, amigo ou correligionário dos parlamentares (Veja, 01/07/09:78).

O quadro unidimensional a favor da moralidade e transparência continua em todos os recortes. Neste, em particular, surge o ângulo da reputação e credibilidade do Senado sendo destruída pelas denúncias.

Com ascensorista ganhando (R\$12.000) mais do que o presidente da República (R\$11.000), decisões tomadas por atos clandestinos e multiplicação de mordomias, o Senado vê sua credibilidade ser corroída em uma crise histórica (Veja, 01/07/09:78).

A importância dos escândalos políticos advém de “seu potencial de prejudicar a reputação” (THOMPSON, 2002:296). A imprensa agendou o escândalo, salientou os atos sigilosos, o que acionou a interpretação da opinião pública. Com a imagem implodida da instituição, submergem revelações de nepotismo, tráfico de influência, mordomias e corrupção envolvendo os parlamentares e funcionários. Essa é a hora de enquadrar a falta de transparência no trato da coisa pública, dar visibilidade às atitudes produzidas “por debaixo do pano”:

A direção do Senado tem carta branca para aumentar os próprios vencimentos e se conceder privilégios, como promoções, plano de saúde vitalício e pagamento de horas extras, inclusive para quem não trabalha. E o mais impressionante: tudo pode ser feito na surdina, completamente às escondidas, de modo a manter as irregularidades longe dos olhos dos eleitores (Veja, 01/07/10:78).

A saliência do julgamento moral do principal senador atacado, permanece:

Político há mais tempo em atividade no país, Sarney entronizou-se agora como símbolo do patrimonialismo, coronelismo, e clientelismo que dominam a vida pública brasileira desde tempos imemoriais (Veja, 01/07/10:78).

As últimas reportagens da *Veja* foram publicadas em 26 de agosto de 2009, a primeira também sob a pena de Otávio Cabral diz que *O criador empalha as criaturas*, com o inter título, *Lula assume nos bastidores o comando do PT, lidera a operação para salvar o senador José Sarney de investigação e tira o pouco de substância que ainda restava ao partido* (duas páginas). A cobertura do escândalo centrou-se na operação considerada antiética ou nas negociações lideradas por Lula e seu partido,

Agora, o PT que não se incomoda mais com o nepotismo, o fisiologismo, e a corrupção tem um novo e inquestionável comandante em chefe: o próprio presidente Lula (Veja, 26/08/0:65).

Em meio às críticas, a matéria enaltece os pontos fortes do presidente, enquadrando-o positivamente,

Eleito presidente da República em 2002, Lula acrescentou a sua magnífica história de vida, personalidade e insuperável carisma um balaio com 50 milhões de votos (Veja, 26/08/09:64).

A disputa política e a corrida ao poder, também voltam a ser selecionadas:

O governo precisa do PMDB para viabilizar seu projeto de poder. É nessa hora que aparece a fatura pesada. Se para quitá-la for preciso fazer alguns sacrifícios, como defender corruptos ou enfraquecer o partido que levou Lula ao poder, segue-se em frente, sem nenhum constrangimento (Veja, 26/08/09, p.65).

A segunda matéria da revista *Veja* dessa mesma data e autor, tem como cabeçalho: ‘*É para salvar o Sarney*’, com três páginas, traz o inter título: *Como foi armada e executada a operação para enquadrar o PT e arquivar as denúncias contra Sarney em troca do apoio do PMDB a Dilma*. O enquadre centra-se nas negociações parlamentares para assegurar a continuidade política; as expressões “operação armada e executada” já imprimem o enfoque da guerra eleitoral.

A dupla José Sarney e Renan Calheiros avisara a Lula que, caso o PT se negasse a usar sua força para engavetar os processos contra o presidente do Senado, o PMDB abandonaria a campanha presidencial de Dilma Rousseff (Veja, 26/08/09:66).

Como a ordem teria de ser cumprida, restava aos políticos salvar-se de uma grave consequência, a qual aparece como um enquadramento secundário adotado, o temor da opinião pública e o reflexo nas eleições:

A maioria não tinha nenhum problema de consciência em absolver Sarney, mas temia se desgastar junto à opinião pública. [...] Contrariar a opinião pública, faltando pouco mais de um ano para as eleições, é sempre uma temeridade. (Veja, 26/08/09:66-67).

Thompson refere-se aos escândalos como esvaziadores potenciais de reputação de indivíduos ou partidos políticos, entretanto, em alguns casos “as pessoas podem emergir de um escândalo com suas reputações em grande parte intactas” (THOMPSON, 2002:299). É o caso constatado no resultado de uma pesquisa *qualitativa* de opinião para avaliar as conseqüências para a legenda do PT após escândalos midiáticos.

A maior parte dos entrevistados apóia e admira Lula, não vincula o nome do presidente a nenhum dos escândalos, mas tem sérias restrições em votar no PT (Veja, 26/08/09:65).

Mesmo com as críticas e enquadramentos desfavoráveis a Lula, a *Veja* debita indiretamente, neste exemplo, o fracasso da perda de confiança e reputação ao PT e não ao presidente, reforçando sua estrela.

A revista *Carta Capital*, da mesma data, **24 de junho de 2009**, traz a reportagem na sessão *Seu País*, intitulada *Veia de ficcionista*, escrita por Cynara Menezes, composta de seis páginas - *O romancista – O discurso ficcional e a crise no Senado*. O enquadramento dominante é político, a jornalista selecionou o aspecto da ficcionalidade de um “discurso autista” por onde o senador tenta escapar do lamaçal, colocando-o, ironicamente, em posição de confundir a realidade com a ficção, fugindo da realidade.

A crise do Senado não é minha. A crise é do Senado, bradou Sarney da tribuna, em um dos atentados à verossimilhança que perpetrou no discurso (Carta Capital, 24/06/09:28).

Enquanto a matéria da mesma semana, na revista *Veja*, faz o julgamento moral do presidente Lula, a *Carta Capital* dirige a audiência para interpretar a crise através do procedimento antiético do “senhor do Maranhão” e de seu afilhado.

A todas as denúncias Sarney preferiu não responder diretamente. Em vez disso, ressaltou sua ‘biografia’ e se declarou um homem acima dos demais brasileiros (Carta

Capital, 24/06/09:30). [...] *Agaciel Maia foi inventado pelo presidente do Congresso e por 14 anos dirigiu a tragicomédia legislativa (Carta Capital, 24/06/09:28).*¹⁰

Um enquadramento secundário que também ressoa forte é o do silêncio e convivência dos demais parlamentares – a autora salienta a pecha do “rabo preso” que iguala a maioria deles, inclusive o “grupo ético”.

Nem mesmo os mais ferrenhos opositores a Sarney dentro do PMDB levantaram a hipótese de afastamento. E na fala de um correligionário: Renunciar? De maneira nenhuma. Quem é melhor do que ele aqui? (Carta Capital, 24/06/09:33).

A bola da vez – O senhor do Maranhão é o que é, mas só agora a mídia “independente” debruça-se sobre o seu poder no Congresso. Box com a presença da mídia hostil, “Ao contrário de agora, a imprensa vigilante dormia gloriosamente no ponto. Era melhor o Congresso? Eram mais republicanos Sarney e Renan? Mas bastou apoiarem Lula...(Carta Capital, 24/06/09:32).

A edição de **01 de julho de 2009** da *Carta Capital* dedica a capa e a reportagem principal à crise. Na primeira lê-se *O Senado acoelhado*¹¹ – como o esquema de benesses de *Agaciel Maia acovarda os parlamentares*; no interior da revista uma matéria escrita por Cynara Menezes, com seis páginas repletas de fotos dos personagens do drama, anuncia *Agaciel e os coelhos*; intertítulo, *As denúncias contra o ex-diretor geral abriram a caixa de Pandora do Senado. Não há, no Parlamento, quem seja capaz de atirar a primeira pedra. A seleção maior no texto refere-se à covardia daqueles com telhado de vidro:*

¹⁰ O dito refere-se ao diretor-geral indicado pelo próprio padrinho, o “82º senador” que criou 181 diretorias e emitiu mais de 600 atos sigilosos, “os quais, Sarney afirmou, desconhecer. Coincidentemente, alguns deles utilizados para contratar parentes seus” (*Carta Capital*, 24/06/09:30).

¹¹ Acoelhar-se quer dizer intimidar-se, amedrontar-se. Mostrar-se ou tornar-se dócil, tímido ou acovardado (Aurélio Buarque de Holanda).

O suposto temor dos políticos *que teria causado seu relativo silêncio diante das denúncias estaria relacionado às ameaças de divulgação do uso de vantagens parlamentares em benefício próprio* (Carta Capital, 01/07/2009:26).

Ao escolher o enquadre jornalístico do político entocado, a revista com isso demonstra o nivelamento dos parlamentares, “político é tudo igual”, traduzido como desmanche ético, já que os atos secretos de nomeações envolveram 37 senadores de vários partidos.

“Artur Virgílio leu o obituário: Para quem já fez a carreira de ético profissional, acabou. A ética genérica morreu” (Carta Capital, 01/07/10:27).

Presente em todas as reportagens, como já dito, a bandeira firme da moralidade, muito embora, segundo a revista, pouco tem a ver com sua real defesa.

A terceira matéria da revista, datada de **26 de agosto de 2009**, anuncia *O custo da realpolitik*¹² - intertítulo - *Obrigada a defender a ‘governabilidade’, a bancada petista no Senado entra em parafuso após sustentar o enterro das representações contra José Sarney*.

Enquadra a defesa da governabilidade para explicar os acordos intramuros do Congresso.

Em nome da tal governabilidade, os três senadores petistas do Conselho de Ética seriam obrigados a seguir a orientação do Planalto e absolver Sarney (Carta Capital, 26/08/09:25).

Com já se sabe que há negociações ilegítimas, é bem provável que elas não estejam excluídas desse específico escândalo em vista de ser enquadrada também uma possível “chantagem” feita por Agaciel Maia aos senadores de todos os partidos beneficiados pelos favores do diretor geral: [...] *esses estariam acoelhados diante de supostas chantagens feitas pelo ex-diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, estopim da crise* (Carta Capital, 26/08/09:26).

¹² Realpolitik (Do alemão real ("Realístico", "prático" ou "atual") e Politik ("política") refere-se a políticas ou diplomacia exercida. (www.wikipedia.org)

O quadro que realça a governabilidade destaca a situação de atores “tidos como éticos” pelas conseqüências da “obrigação” de obedecer,

Os senadores do PT no Conselho – Ideli Salvati, João Pedro e Delcídio Amaral – não conseguiram esconder certo constrangimento na hora de votar contra a proposta de abertura das investigações (Carta Capital, 26/08/09:25). Nesse item em particular, a Veja acusa o PT de fazer “alguns sacrifícios” sem nenhum constrangimento.

As negociações acontecem entre os partidos como política salvacionista para resguardar interesses e nomes:

Há de se reconhecer que foi um golpe de mestre. Os tucanos fecharam um acordo com o PMDB para livrar seu líder no Senado, Arthur Virgílio, de um processo de cassação e ainda conseguiram jogar no colo do PT a responsabilidade pelo arquivamento das representações contra José Sarney (Carta Capital, 26/08/09:25).

A crise envolve acirrada disputa política que se constitui uma das principais razões para a explosão do escândalo midiático. Acordos de bastidores são feitos a toda moda e entre todos. A revista enquadra os fatos mostrando como funciona a política de resultados, contudo sempre na defesa do PT, vitimizando o governo nas negociações,

Chamados a defender a governabilidade, os parlamentares petistas ficarão com a maior parte do ônus eleitoral de participar da operação de salvamento de Sarney (Carta Capital, 26/08/09:27).

9. Discussão

Os eixos temáticos ou rubricas dos enquadramentos mais intensos, na **revista Veja**, centraram-se na cobertura de conflito; nas questões político-legislativas e/ou administrativas; na postura ética, julgamento moral e nas negociações parlamentares. Destaque também para a

cultura política, o aspecto econômico, o ângulo da reputação e credibilidade dos políticos e da instituição afetada. Conseqüentemente, emergiram a marca patrimonialista, o “discurso unidimensional” em favor da moralidade, transparência e a defesa da democracia; o sigilo das nomeações, a indignação e desabafo da audiência, o temor da opinião pública e o reflexo nas eleições.

No que concerne à responsabilização, a revista imputa fortemente a Lula a culpa pela desobediência constitucional, o apoio aos políticos corruptos, o tratamento diferenciado a aliados e à quebra de preceitos éticos. A atribuição é feita de forma direta com enfoque negativo voltado ao Presidente da República.

As reportagens culpam José Sarney pelo escândalo, pela má administração do Senado, pelos atos clandestinos praticados às costas dos eleitores; por corrupção, nepotismo, clientelismo, patrimonialismo; ausência de transparência e pela perda de credibilidade/reputação do Senado. Aos políticos coube a carga direta ou indireta pela distância da opinião pública, interesses privados e minar a descrença na Democracia. Ao PT foi imputado a quebra de valores morais e éticos e a valorização de políticos “fichas sujas”.

Na revista *Carta Capital*, os eixos temáticos de enquadramentos mais destacados foram o tema político em geral, o conflito provocado pelas disputas por posições no setor, o mau procedimento ético, a bandeira da moralidade e a preservação da governabilidade. Incluídos também o aspecto da administração paralela do Senado, o silêncio e conivência dos parlamentares de “rabo preso”; soma-se o receio de prejuízo da reputação, o risco de abalo da imagem pública com a conseqüente perda de apoio popular e votos, o oportunismo e a fuga de responsabilidades pelos desvios. As reportagens enaltecem ainda os quadros da política de resultados, os acordos de bastidores, o nivelamento (por baixo) dos parlamentares e a indiferenciação entre o público/privado por parte dos atores políticos.

Alguns desses *framings* diferem da revista *Veja*, na pertinência de responsabilidades da situação conflituosa e vexatória. Dividem os maiores encargos diretos e indiretos da crise: a *Carta Capital* debita, sobretudo a Sarney as causas do escândalo, as mentiras em relação às nomeações de familiares (nepotismo), a contratação do diretor-geral Agaciel Maia, a conduta antiética, a vaidade ao enaltecer sua “biografia”. à *Veja*, interessa mais culpabilizar Lula.

Ao Congresso foi imputado o dolo, através da fala do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), pela morte da “ética genérica”. Foi aliviada, nas duas revistas, a atuação de Agacieli Maia. O ex-diretor-geral foi considerado um “teleguiado”, um posto avançado no cargo, colocado apenas para executar as ordens de Sarney. Não foi apontada responsabilidade sobre seus atos.

Os enfoques ou quadros jornalísticos da *Carta Capital* blindaram o presidente Lula via advocacia da necessária governabilidade. À chantagem do PMDB foi debitada a culpa da operação para livrar Sarney das investigações. A revista favorece o presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores, eles são vistos como peças de um jogo maior que é a sobrevivência do sistema político.

10. Conclusão

Ao que concerne o objetivo deste trabalho, pode-se dizer que a crise constituiu-se acertadamente num *escândalo político midiático* em função de ter preenchido características elaboradas por Thompson (2002) do que seja um acontecimento desse porte, ou seja, aqueles que implicam certos tipos de transgressões que são descobertas, as quais são suficientemente sérias para provocar uma resposta pública de desaprovação. Foi denunciado pela mídia que o acompanhou com bastante destaque (publicidade midiática) e contou com a estrutura sequencial no desenrolar de histórias que se estenderam por determinado tempo.

O estudo dos enquadramentos revelou as modalidades como as revistas cobriram e enquadraram a crise nacional. A observação joga luz na caixa preta do Congresso Nacional revelando como ocorrem os acordos de bastidores legítimos ou não e seus verdadeiros objetivos. As chagas da esfera política, infelizmente, são retratadas mais vivas do que nunca; a corrupção, o nepotismo, o clientelismo, patrimonialismo; a ausência de transparência; ameaças, mordomias, governo de interesses pessoais, gastos excessivos com o dinheiro público, tudo que destrói a credibilidade e reputação das instituições políticas junto à opinião pública.

No geral, considera-se que a *Veja* enquadraram os aspectos dessa realidade com pouca amplitude porque se detém em demasiado nos ataques aos indivíduos envolvidos, o que é

compatível com sua linha editorial. A escolha, contudo, limita a análise da cultura política e não aprecia o enquadramento de importância.

A *Carta Capital* fez bem mais referências positivas ao conjunto governamental, enquadrou de forma indireta a responsabilidade dos envolvidos e de maneira clara o funcionamento da arena política, as lutas pelas posições políticas, as barganhas, os interesses partidários e os “sacrifícios” realizados em nome da governabilidade e do poder. Ao contrário da outra linha editorial, a *Carta Capital* ampliou as coberturas no sentido de mostrar os cantos do poder. Os contrastes percebidos, principalmente no tratamento dado ao governo e a Lula, levam à crença da partidarização dos veículos que professam linhas opostas de editoria.

Apesar das diferenças, que, diga-se, são úteis para a análise, houve consenso em alguns enquadramentos, que aos olhos da audiência parecem pertinentes, apesar das controvérsias quanto à veracidade dos clamores pela decência parlamentar por parte dos atores políticos e dos próprios meios de comunicação. A cobertura do tipo conflito abordando as questões políticas e administrativas é nuclear. A bandeira da moralidade e a quebra da postura ética gerando a perda de credibilidade do Congresso são partilhadas.

O artigo não almeja esgotar o tema ou apresentar resultados inéditos, até porque estão limitados a determinadas circunstâncias e tempo. Trata-se, em particular, de satisfazer a uma curiosidade intelectual de conhecer enquadramentos de notícias em crise política. No geral, o desejo de contribuir com as pesquisas sobre a relação entre a mídia e a política.

11. Referências

CHONG Dennis & DRUCKMAN James N. **A Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments**. *Journal of Communication* 57 (2007) 99–118. Department of Political Science, Northwestern University, Evanston, IL 6020887. Fichamento de SAMPAIO, Rafael Cardoso. Disciplina Contemporaneidade, Comunicação e Cultura (COM536), 2010.1.

COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados**. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 14, abril 2001.



Edy Jill A. & MEIRICK Patrick C. **Wanted, Dead or Alive: Media Frames, Frame Adoption, and Support for the War in Afghanistan.** *Journal of Communication* 57 (2007) 119–141. 2007 International Communication Association. Fichamento de COELHO, Sandra. *Disciplina Contemporaneidade, Comunicação e Cultura (COM536)*, 2010.1.

ENTMAN, Robert M. Framing: **Toward Clarification of a Fractured Paradigm.** *Journal of Communication* 43(4). Copyright 1993.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004. Coleção Comunicação.

GROSS, Kimberly and BREWER, Paul R. **Sore Losers: News Frames, Policy Debates, and Emotions.** *The Harvard International Journal of Press/Politics* 2007; 12; 122.

LECHELER, Sophie; VREESE, Claes de. **Issue Importance as a moderator of Framing Effects.** *Communication Research*, Volume, 36, número três, Junho 2009 – 400-425. SAGE Publications.

MAIA, Rousiley. **Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 303-340.

McCOMBS, M.; SHAW, D. L. **The agenda-setting function of mass media.** *The Public Opinion Quarterly*, 36(2), 1972, p. 176-187.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia política. In - RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens.** Salvador: Edufba. São Paulo: Unesp, 2004, p.73-104.

SILVA, Vevila Junqueira da. **O Escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento.** Dissertação de Mestrado em Comunicação –Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho - Campus de Bauru.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TUCHMAN, Gay. **A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas.** *American Journal of Sociology* (Vol.77, nº 2, 1972).

_____. **What is news? Telling stories.** Disponível em <http://www3.interscience.wiley.com/journal/119639926/abstract>. Acesso em 09 de julho de 2010).



IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In -
TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega –
2ed.1999. Coleção Comunicação & Linguagem, p.142-151.